



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001227-25.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**
Requerente: **Carlos Alberto Ferreira**
Requerido: **Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento**
Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 31 de julho de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, Isabel Ednise Pozzi Furlan, escrevente, subscrevi.

Nº de Ordem: 163/13

VISTOS.

CARLOS ALBERTO FERREIRA propôs a presente ação **REVISIONAL DE CONTRATO** em face de **BV FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**.

Segundo a inicial, na avença especificada há cobrança indevida de SERVIÇOS DE TERCEIROS, TARIFA DE CADASTRO, REGISTRO DE CONTRATO E TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM. Pediu a procedência da ação para que a requerida seja condenada a restituir o valor cobrado a título de retorno financeiro.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação às fls. 24 e ss alegando que as tarifas cobradas estão previstas no contrato e ao assinar a avença a autora com elas concordou. No mais, rebateu a inicial, pontuou pela legalidade das cobranças e pediu a improcedência da ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Réplica às fls. 68 e ss.

As partes foram instadas a produzir provas; o requerido pediu o julgamento antecipado da lide e o autor permaneceu inerte (fls. 81).

É o RELATÓRIO.

DECIDO.

O contrato foi firmado em 30/07/2010. Assim, ao caso se aplica a segunda tese do verbete do acórdão dos Recursos Especiais Repetitivos 1.251.331/RS e 1255.573/RS.

No contrato discutido foram cobrados os seguintes consectários: “Serviços de Terceiros” (R\$ 566,35), “Tarifa de Cadastro” (R\$ 509,00), “Registro de Contrato” (R\$ 91,42) e “Tarifa de Avaliação do Bem” (R\$ 193,00).

Ocorre que, segundo o que foi decidido, na hipótese dos autos (contrato firmado após 30/04/08) a única tarifa permitida justamente é a “de Cadastro” nos moldes do deliberado pelo Conselho Monetário Nacional e ainda, desde que cobrada somente no início do relacionamento entre o consumidor e a Instituição Financeira.

Nesse diapasão, ainda, recentes decisões do TJRGS (Apelação 70056364607) e TJSP (Apelação 0024541-842012), julgados no mês de setembro de 2013.

Nessa linha de pensamento, ficando declarada a abusividade parcial da cobrança, o autor faz jus a devolução do que foi exigido a título de “Serviços de Terceiros”, “Registro de Contrato” e “Tarifa de Avaliação do Bem”,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

totalizando R\$ 850,77, com correção a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal a contar da citação.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para condenar a requerida, BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, a pagar ao autor, CARLOS ALBERTO FERREIRA, a importância de R\$ 850,77 (oitocentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), com correção a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Diante da sucumbência quase total da requerida, arcará ela com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 05 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**